

Acordo de lideranças acelera a votação

Givaldo Barbosa 16.11.90

Carlos Menandro 09.12.87

Na última sessão do ano e da atual legislatura um punhado de deputados tentou ontem resolver em poucas horas o que não conseguiu durante todo o restante do ano: votar os projetos que se acumulam na pauta da Casa. Durante três horas e meia menos de uma centena de deputados votaram vinte e um projetos — um projeto a cada dez minutos, driblando o vazio de parlamentares com frágeis acordos de liderança. Com os acordos prévios entre os líderes, faltou interesse aos deputados até para debater projetos que pouco conheciam. O deputado Célio de Castro (PSB-MG) passou boa parte das votações distraído, exibindo para os colegas algumas chapas de seu pulmão. Se votaram o projeto que define o salário do presidente da República — fixado em Cr\$ 1.272 milhão para janeiro — e seus próprios vencimentos, deixaram sem votar outros 46 projetos, que constavam na pauta do dia, um dos quais o polêmico imposto sobre grandes fortunas. “Esta correria é o reflexo de um impasse que tomou conta do Legislativo brasileiro”, diagnosticou o deputado César Maia (PDT-RJ), um dos mais irritados com a avalanche de votações.

Princípios

“Durante todo o ano os projetos são postergados por causa da falta de representatividade das atuais lideranças partidárias e da frequente falta de quórum. Não pode-

mos abrir mão de princípios no último dia”, diz o deputado César Maia (PDT-RJ), que minutos antes discursava para um plenário com menos de um quarto dos deputados presentes. A votação, que começou às 13h10 — com um intervalo das 15h30 às 18h10 para reuniões de lideranças —, foi encerrada às 19h20 depois que o deputado Amaral Netto, líder do PDS, derrotou o projeto do governo que regulamentava o artigo da Constituição que estabelece o imposto para grandes fortunas. Bastou que Amaral Netto pedisse a contagem dos presentes para que a sessão fosse encerrada. O quorum mínimo para votação — 248 deputados — não foi alcançado.

Nem os apelos do líder do governo, deputado Humberto Souto (PFL-MG) foram suficientes. “O próprio presidente me pediu para que esse projeto fosse aprovado”, disse Souto. “Esse projeto é uma bobagem. Se eu tivesse uma propriedade afetada por ele eu vendia, comprava dólar e abria uma conta no exterior”, ironizou. Nesse momento estavam presentes menos de cinquenta deputados. O projeto, incluindo às pressas no último dia de votação, era um veterano no Congresso: só na Comissão de Constituição e Justiça ficou engavetado oito meses. Agora vai esperar muito mais. Mesmo se for votado no próximo ano, só entrará em vigor em 1992.

Aprovados

Além dos projetos econômicos, foram votados e aprovados:

O Conselho de Defesa Nacional — o presidente Collor vai dispor de um conselho de defesas para consultar sobre assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático de maioria civil. É o que diz o projeto aprovado ontem pela Câmara. A proposta inclui como membro do colegiado o secretário de assuntos estratégicos, Pedro Paulo de Leone Ramos. Além dele fazem parte do Conselho, criado pela Constituição e agora regulamentado na Câmara, os seguintes integrantes: presidente da Câmara, vice-presidente da República, presidente do Congresso, e os ministros da Economia, Justiça, Marinha, Exército, Aeronáutica e a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

Ministério Público — a Câmara aprovou projeto criando 4.200 cargos no Ministério Público Federal. Embora dependendo de aprovação dos senadores a proposta foi criticada por parlamentares. O deputado Paes Landim (PFL-PI) chamou a um canto o deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) para protestar contra a avalanche de votações que criam despesas para a União:

— Acho isto um absurdo — disse Landim.

— Só o veto do presidente será capaz de salvar o País destes custos de última hora que estão sendo aprovados — opinou Ponte.